


## **Casa dos Contos: paisagem e memória em Ouro Preto**

**Raíssa de Keller e Costa**


Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0002-8957-8428>

E-mail: raissakc@yahoo.com.br

**Myriam Bahia Lopes**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2667-6290>

E-mail: bahialopesmyriam@mac.com

**Resumo:** Este estudo apresenta a Casa dos Contos e a cidade de Ouro Preto a partir da noção de paisagem. As relações entre monumento e cidade monumento levam a diferentes leituras que refletem suas dinâmicas. O objetivo é apresentar essas relações entre Casa e cidade, resgatando aspectos da sua história desde a construção no século XVIII, como residência de João Rodrigues de Macedo, até a atualidade, como Museu Casa dos Contos. No século XX, a consolidação da cidade como patrimônio trouxe desafios para a sua preservação, território de constante transformação. Utilizamos a pesquisa bibliográfica direcionada para a noção de paisagem e a pesquisa documental para compreender os históricos e as dinâmicas do entorno da Casa dos Contos em diferentes períodos. Esperamos contribuir para um olhar mais sensível para a paisagem compreendendo-a como reflexo da subjetividade e das relações que se tem com o espaço ao longo do tempo.

272

**Palavras-chave:** Casa dos Contos - Ouro Preto; Paisagem; Ouro Preto; Patrimônio; Memória.

### **Casa dos Contos: landscape and memory in Ouro Preto**

**Abstract:** This study presents Casa dos Contos and the city of Ouro Preto from the notion of landscape. The relationships between monument and monument city lead to different readings that reflect their dynamics. The purpose is to present these relationships between the House and the city, retrieving aspects of its history since its construction in the 18th century, as the residence of João Rodrigues de Macedo, until today, as the Casa dos Contos Museum. In the 20th century, the consolidation of the city as a heritage site brought challenges for its preservation, a territory of constant transformation. We used bibliographic research directed towards the notion of landscape and documentary research to understand the history and dynamics of the surroundings of Casa dos Contos in different periods. We hope to contribute to a more sensitive look at the landscape, understanding it as a reflection of subjectivity and of the relationships that one has with space over time.

**Keywords:** Casa dos Contos – Ouro Preto; Landscape; Ouro Preto; Heritage; Memory.

**Texto recebido em:** 12/07/2022

**Texto aprovado em:** 17/11/2022

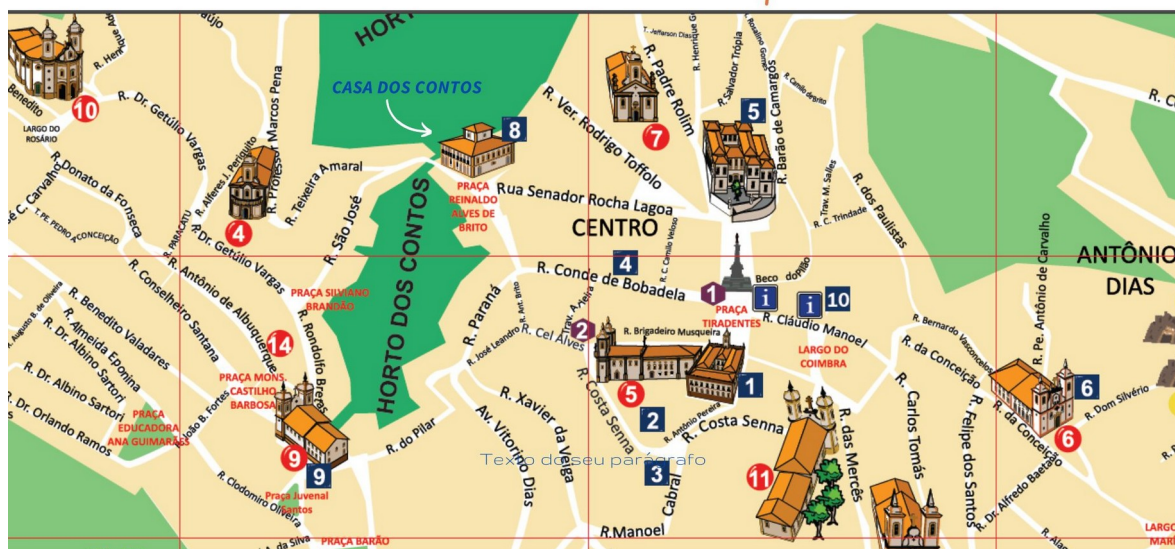
## Introdução

Este estudo apresenta a paisagem da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil, com foco no monumento onde funcionou, no século XVIII, a Casa dos Contos e o seu entorno. A edificação foi construída na década de 1780 por João Rodrigues de Macedo<sup>1</sup>, contratador e figura importante na história de Vila Rica. A Casa dos Contos está situada entre a Praça Reinaldo Alves de Brito (ou Largo dos Contos) e a Rua São José, onde ela se destaca pela sua monumentalidade. As vias ao seu redor são de constante movimento de pessoas e carros, que se distribuem em direção a várias regiões. É também um ponto importante para o turismo e para a cidade patrimônio, porque ao seu redor estão o Chafariz e a Ponte dos Contos que formam um conjunto oitocentista em meio ao ritmo e às dinâmicas da vida contemporânea.

No século XVIII, Ouro Preto foi uma das principais vilas da colônia, responsável por grandes retornos financeiros à Coroa pela exploração do ouro e dos negros escravizados. Seu território foi povoado e construído em torno dessa lógica de exploração e violência, o que lhe rendeu a nomenclatura Vila Rica. Já no século XIX a exploração do ouro era decrescente e mesmo assim as relações políticas e sociais eram eminentemente acirradas pela diversidade de pessoas e culturas no mesmo espaço, pelas disputas de poder e território. Paralelamente, o seu ambiente foi construído e habitado, se consolidando no século XX como patrimônio brasileiro. O título de Cidade Monumento foi decretado em 1933, o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico se deu em 1938 e em 1980 se tornou Patrimônio da Humanidade.

A Casa dos Contos está situada em região importante para o comércio e o turismo na cidade, abaixo da Praça Tiradentes e acima do bairro do Pilar<sup>2</sup>, conhecido como centro histórico e que pode ser observado na figura 1. Assim, o recorte espacial é a paisagem da Casa dos Contos para que possamos conhecê-la a partir das relações que se dão naqueles espaços, no seu entorno. Por isso utilizamos como recorte temporal o século XX que é o momento em que a patrimonialização da cidade se tornou determinante para a sua manutenção, para a preservação do conjunto e da Casa dos Contos. No entanto, retornaremos ao passado através das fontes e da bibliografia sempre que necessário para embasar as nossas análises, assim como para compreendermos os seus reflexos na atualidade.

Ao longo do tempo, a edificação foi residência, Casa dos Contratos, de Fundação, Casa dos Contos, Inspetoria e Diretoria da Fazenda, Correios e Prefeitura. Atualmente funciona como Museu Casa dos Contos e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro apresentando elementos da história da mineração, além da própria arquitetura singular. Se considerarmos cada uma dessas funções como camadas de história dentro do contexto da cidade, a edificação pode nos revelar diferentes relações com a cidade, dinâmicas e significados que se alteraram com o passar do tempo. Diante de todos os seus usos, cabe uma ressalva quanto à sua denominação. Poderíamos utilizar como base a finalidade de sua existência, como Casa de Macedo ou Casa do Contratador. No entanto, ela é conhecida entre moradores como Casa dos Contos, o que, de certa forma, é uma das bases da nossa motivação e por isso é um dos critérios de análise de doutoramento. Em todo caso, partindo da visão de moradora, optamos por manter a nomenclatura usual de Casa dos Contos ao longo desse estudo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, s/d. Disponível em: [https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/static/Mapa\\_Tur%C3%ADstico\\_Ouro\\_Preto\\_MG.pdf](https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/static/Mapa_Tur%C3%ADstico_Ouro_Preto_MG.pdf).

**FIGURA 1**

**Recorte do mapa turístico de Ouro Preto com destaque para a Casa dos Contos**

Essas relações nos levam à noção de paisagem e a uma leitura da paisagem que não pode ser dissociada de quem a observa (CORBIN, 2020). Ao trazer a figura do observador para o centro da paisagem, a percepção e as análises da cidade

passam a considerar outros critérios, subjetivos, de movimento, de dinamismo, de conflitos e valores inerentes. Assim, para fins desse estudo, o recorte teórico consiste na noção de paisagem de Alain Corbin e de Michel Collot, a partir da filosofia da paisagem e da história. Paisagem como base filosófica para conhecer as raízes daquele ambiente. Esses critérios, no entanto, não descartam a materialidade da edificação, tampouco dos monumentos de seu entorno, das ruas, de sua localização. Por isso, se faz necessário conhecê-la, para compreender como ela se abre ao exterior e vice-versa.

A edificação pode ser vista de vários pontos da cidade. As janelas da fachada são imponentes, com cunhais em cantaria e cimalha. No térreo destacamos a porta principal com pórtico artístico de pedra lavrada entre duas janelas que quebram o ritmo padronizado das outras seis portas. As ferragens nas maçanetas, chaves e dobradiças pintadas de preto se destacam nas portas e janelas azuis. Na porta principal a aldrava ainda é utilizada como um sinal de chegada, cujo som ecoa no vestíbulo.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

**FIGURA 2**

**Fachada do Museu Casa dos Contos**

A escadaria monumental pode ser considerada uma obra de arte. Da grande porta principal avista-se a escadaria em cantaria, com arco abatido e trave central de madeira simulando pedra (PMOP, 2012, p. 41). Do pátio há acesso para a senzala e o estábulo, no piso abaixo do nível da rua.



Fonte: COSTA, 2022.

### FIGURA 3

#### Escadaria monumental na Casa dos Contos

276

No piso superior há nove sacadas correspondentes às nove portas superiores com grades de ferro com cimbalha em moldura. Na sacada central está a Bandeira do Brasil, elemento obrigatório em edificações de instituições públicas, como é o caso do Museu Casa dos Contos, - que é propriedade do Ministério da Economia.

No segundo pavimento destacam-se os forros dos cômodos, a escadaria escura e estreita de acesso restrito ao mirante, o símbolo na porta que dá acesso à sacada principal. No salão nobre desse pavimento, as pinturas do século XVIII são atribuídas ao Mestre Manuel da Costa Ataíde (1762-1830). O forro que contém as pinturas é distribuído em várias partes encaixadas, chamado de “caixotões”, com motivos rococós, o domínio do vazio sobre superfícies preenchidas com as pinturas. Possui nove medalhões, com molduras de cordões e cimbalhas, com predominância das cores azul e vermelha. Oito deles tem o formato triangular e, um deles, ao centro, em formato retangular, sustentando uma luminária.





Fonte: COSTA, 2022.

#### FIGURA 4

#### Forro com pintura atribuída a Ataíde

Sobre o telhado, um mirante quadrangular que foi acrescentado no século XIX. Nos croquis das imagens 5 e 6 é possível ver a fachada principal e a fachada lateral direita (para quem está em frente à Casa). Essa fachada lateral da imagem 6 é voltada para o Largo dos Contos e pode ser vista por quem está na Rua das Flores, apesar da interferência da mureta e da rampa do Grande Hotel de Ouro Preto.

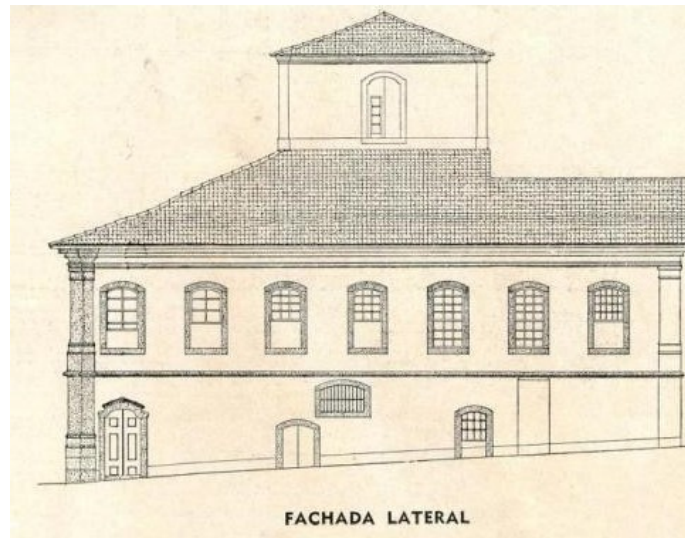
277



Fonte: MELO JUNIOR, 2010, s/p.

#### FIGURA 5

#### Fachada da Casa dos Contos



Fonte: MELO JUNIOR, 2010, s/p.

### FIGURA 6

#### Fachada lateral da Casa dos Contos

Essa Casa não só faz parte da paisagem como também o é, são elementos intrínsecos. O nosso estudo parte dessa formulação para buscar compreender as relações da Casa dos Contos com a cidade. Voltaremos a isso ao longo do texto. Assim, o objetivo é apresentar a Casa dos Contos destacando as suas relações entre o público e o privado, entre o monumento e a cidade. Além disso, esperamos apresentar alguns aspectos da patrimonialização de Ouro Preto com o intuito de ampliarmos as lentes para a importância das vivências, da diversidade e da paisagem não apenas como testemunhos de sua história, mas como possibilidades outras de novas histórias.

Mesmo diante de tantos exemplares no perímetro tombado, a Casa dos Contos se destaca como monumento por sua singularidade como residência civil, já que ela foi construída e idealizada por Macedo.

A pesquisa é resultado inicial de doutorado em andamento com base em pesquisa documental e bibliográfica. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## A Casa dos Contos e a paisagem

O nosso interesse pela paisagem tem suas bases teóricas na filosofia da paisagem, tendo como uma das vertentes a que vem sendo elaborada pelo teórico francês Michel Collot há algumas décadas. O filósofo e poeta se baseia nas contribuições fenomenológicas para propor um novo tipo de racionalidade a partir da experiência sensível para as reflexões acerca do espaço, da alteridade, da poesia e dos sujeitos. Nessa racionalidade, corpo e espaço se relacionam através das vivências que se tornam efetivas ao conectarmos interior e exterior. Corpo e mundo deixam de ser vistos como dicotomias, assim como natureza e cultura, porque as relações que são mantidas é que constituem a própria paisagem.

Partindo desse princípio, a noção de paisagem é muitas vezes associada à natureza e essa é uma tradição que está relacionada à sua representação<sup>3</sup> como algo exterior, especialmente na arte e na literatura. No entanto, Collot (2013) nos convoca a pensar a paisagem como algo percebido pelo sujeito, percepções particulares e, portanto, subjetivas, que variam a depender do que é visto, de como é visto, como uma forma de pensamento. Assim, a filosofia da paisagem de Collot vai além da definição de um espaço e de sua representação, mas da relação sujeito/observador e mundo, indivisíveis.

Nessa relação com a percepção retomamos Alain Corbin que tem, em sua trajetória, o estudo das sensibilidades, da coerência das representações. Para o historiador é importante que a história traga elementos como a emoção, a paixão e o sentimento. Em “L’Homme dans le paysage”, Corbin propõe a experimentação e apreciação do espaço baseado nas relações sensoriais e sensíveis com os espaços em que os sentidos ajudam a construir emoções que ele mesmo proporciona (CORBIN, 2020, p. 1).

Ainda com relação aos sentidos, a visão é um elemento recorrente nos estudos da paisagem. O olhar enquadra, recorta e governa a paisagem. Inevitavelmente somos levados a pensar na moldura e na janela que cumprem a mesma função. “Como evitar ver nelas a metáfora do olho?” (CAUQUELIN, 2007, p. 137). Por isso a predominância do olhar está relacionada a todos os mecanismos que o condicionam (LOPES, 2020). Os olhos, como janelas da alma, definem pontos de vista, constituem paisagens. “Não há dúvida de que temos aqui uma condição *sine qua non*: a janela e a moldura são ‘passagens’ para as *vedute*, para ver paisagem ali onde, sem elas, haveria apenas...a natureza” (CAUQUELIN, 2007, p.



137). Se cada leitura varia a partir de cada sujeito e de cada grupo, isso significa que a paisagem também é dinâmica.

Podemos relacionar a isso, por exemplo, as edificações com suas portas e janelas que fazem as conexões entre o exterior e o interior, entre público e privado. A janela é um elemento recorrente na história da paisagem, nas artes e na arquitetura. A ideia de paisagem ocidental surgiu com a janela, pelo enquadramento de cena, na pintura (SANTOS *et al.*, 2018, p. 167). Na Arquitetura a janela assumiu a sua importância na relação entre o interior e o exterior. Enquanto a porta representa passagem, movimento, idas e vindas, abrir e fechar, a janela se relaciona com o corpo parado, contemplação, pausa. Inicialmente, a luz entra nas edificações pela porta e depois surge a janela, que gradativamente passa a integrar o planejamento das casas com essa finalidade. Na Renascença, o surgimento da perspectiva atribuiu novo sentido à janela, o de “olho da edificação” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 165). Na pintura, a perspectiva e a profundidade davam a mesma sensação da janela, estabelecendo a relação entre a arquitetura, o espaço, a pintura, a representação e a natureza. A moldura da janela e da pintura é o que direciona o olhar do observador, o que enquadra aquilo que se espera ver (ou que seja visto), o que seleciona e revela uma forma de olhar. É a primeira relação consciente entre o mundo interior (subjetivo) e o mundo exterior (objetivo) (SANTOS *et al.*, 2018, p. 166-167). “Compreendo porque vejo, e à medida que vejo, mas só vejo por meio e com o auxílio do que compreendo que é preciso ver naquilo que vejo” (CAUQUELIN, 2007, p. 85).

Da mesma forma que a luz entra pela janela, a rua e outros elementos do entorno fazem os contornos e rompem as barreiras das paredes das casas. Em cada andar da Casa dos Contos, suas portas e janelas revelam diferentes relações com a cidade. Da janela frontal do mirante, equivalente ao terceiro andar, o olhar - registrado na figura abaixo, nos direciona para as torres das igrejas Nossa Senhora do Carmo (no círculo amarelo), Basilica de Nossa Senhora do Pilar (no círculo vermelho), Igreja de São José (no círculo verde) e São Francisco de Paula (indicada na seta amarela). Também vemos os telhados das construções como se seguissem o ritmo das montanhas, preenchendo o sobe e desce das ladeiras. Vemos também o verde do Vale dos Contos (indicado na seta azul) em meio aos fundos dos casarios de uma das principais ruas da cidade.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

## FIGURA 7

### Vista panorâmica do mirante do Museu Casa dos Contos

No canto esquerdo da figura anterior está a Praça Reinaldo Alves de Brito, conhecida como Largo dos Contos em referência à Casa. Dali se tem acesso à Rua das Flores, ladeira que vai para a Praça Tiradentes. A Rua das Flores é denominada, oficialmente, como Rua Senador Rocha Lagoa. Popularmente, o termo mais utilizado é “das Flores”, denominação também encontrada em sites de pesquisa e de turismo. Segundo Cabral (1969, p. 32), ela tem esse nome porque antes de sua abertura era um morro desalinhado, com um caminho estreito, coberto de rosas silvestres brancas, flores de várias cores, com agradável perfume, e plantas medicinais como avenca e parietária.

Cabral, que viveu até a década de 1940, diz se lembrar das flores em boa parte daquele terreno em sua infância e diz: “Constituía alegre diversão para as crianças colherem-nas às tardes e enfiarem-nas em um fio de capim, como se fôssem [sic] grandes contas, em forma de colar ou de grinalda” (CABRAL, 1969, p. 32). A referência também pode ser encontrada em documento da Câmara de Vila Rica do século XVIII, transcrito pelo DPHAN em 1953, que trata da nova localização do Chafariz dos Contos como Rua das Flores. Esse documento transcrito, que data de 1786, justifica a mudança alegando que a rua nova estava se alargando e reformando depois de ter “caído ao público” (DPHAN, 1953, s/p.). Considerando que a Casa dos Contos ficou pronta em 1784, trata-se do mesmo período de transformação do Largo dos Contos.

As dinâmicas desse entorno e a posição destacável da Casa dos Contos são elementos importantes para pensarmos a paisagem como mudança, movimento. Para Michel Collot (2013, p. 34), a noção de paisagem reúne o aqui e o lá na espacialidade humana, ao mesmo tempo, numa dialética do próximo e do distante. A paisagem é um fenômeno, resultado da interação entre o espaço, a percepção e a representação. “não é nem uma pura representação, nem uma simples presença,

mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista” (COLLOT, 2013, p. 18). Nesse sentido, o autor aponta que a percepção da paisagem é também uma forma de pensamento. E, assim, o fundamento do pensamento-paisagem, que Collot propõe, é a superação das dicotomias habituais, uma nova racionalidade. A paisagem, seria, assim, um estado do corpo e da alma, um novo espaço-temporal.

Ao evocar um ‘pensamento-paisagem’, eu gostaria de fazer com que se compreenda uma relação com duplo sentido e recíproca entre o homem e o cosmos (...) No sintagma que se tornou título de uma de minhas obras mais recentes, paisagem e pensamento entram em uma relação de aposição, aberto a várias interpretações: permite, ao mesmo tempo, sugerir que a paisagem provoca o pensar e que o pensamento se desdobra como paisagem (COLLOT, 2013, p. 11-12).

Ao revelar essas dinâmicas e ao ler a cidade como paisagem a entendemos como um lugar vivenciado e que não se reduz a um lugar cenográfico. Ela se torna perceptível pelo corpo que anda pelas ruas e registra tudo o que escapa à primeira vista. Nesse sentido, em “A imagem da cidade” de 1980, Kevin Lynch propôs uma melhor compreensão da paisagem, considerando que “a cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado” (LYNCH, 1980, p. 11).

Se considerarmos que a materialidade do espaço urbano se relaciona com o corpo, cria e transforma as vivências, podemos dizer que suas dinâmicas criam e transformam paisagens. Cada uso do espaço, das edificações, dos monumentos, das ruas e da cidade favorece diferentes percepções. Esses usos dizem respeito às possibilidades e à percepção subjetiva dos observadores. Cada vivência impõe o seu movimento aos espaços, corpo e espaço se tornam paisagem a partir dela. Não apenas a alma se relaciona com o mundo, há também o caminho inverso: o mundo é diferente a partir dessa relação.

A Casa dos Contos se destaca no Largo pela sua monumentalidade e as relações que se sobrepõem na história da Casa dos Contos estão vinculadas à contabilidade real, ao vínculo da instituição fazendária com a Coroa de Portugal. Essas histórias são contadas geralmente sob o ponto de vista dos poderes e relacionam-se com aspectos econômicos e colonialistas. O Museu Casa dos Contos reflete essas leituras, com a exposição de moedas, de equipamentos utilizados na prática da fundição e dos instrumentos de tortura de negros escravizados na senzala<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, deixa entreabertas as possibilidades que estão na

própria edificação, em seus cômodos. São fragmentos da história de outro tempo social que já foi íntimo, privado.

A vida privada na Casa revela a intimidade de João Rodrigues de Macedo, no seu tempo histórico. Os objetos pessoais, móveis e equipamentos cotidianos de Macedo já não existem mais e nem por isso as características de sua intimidade estão perdidas. A própria edificação é uma das marcas desse personagem que a idealizou, de suas vivências na Casa, refletem o seu poder. O espaço se confunde com Macedo, com a história da cidade e à medida que novos usos são atribuídos ela transforma a paisagem. O seu histórico representa diferentes momentos e valores da cidade.

Entre 1782 e 1784, a moradia de João Rodrigues de Macedo estava sendo construída. No seu entorno, já existiam o Chafariz, a Ponte dos Contos, alguns poucos casarios, algumas igrejas, como a de São José (Capela Imperial) e a Basílica (Matriz do Pilar). O contratador morava no andar superior e administrava os contratos no térreo. Havia um quarto destinado ao guarda-livros e escrivão Vicente Vieira da Mota (PMOP, 2012, p. 29). Entre 1784 e 1792, Macedo morou e trabalhou no local. Foi um período em que a exploração de ouro ainda era intensa, mas dava sinais de decadência. Na mesma década, em 1789, ocorreu o movimento da Inconfidência Mineira.

Entre 1793 e 1797, a Junta da Real Fazenda e Inconfidência do Ouro passou a ocupar o térreo. Esse período retrata a perda da influência e da riqueza de Macedo perante à Coroa. Em 1803, Macedo perdeu definitivamente a sua residência para as dívidas com a Coroa Portuguesa. Com isso, ao longo do século XIX foram feitas intervenções para atender aos novos usos e funções da Coroa, como prolongamentos e acréscimos nas laterais. Em 1820-1821, a edificação incorporou a Casa de Fundição, e a sala utilizada para essa finalidade situava-se no piso superior. Em 1826, sediou a Casa da Moeda e os correios passaram a funcionar no andar térreo. Entre 1840-1844 a Secretaria da Fazenda da Província de Minas Gerais tomou conta do prédio.

Com relação aos correios, cabe ressaltar que a repartição era escolhida levando em conta a localização central e a estrutura necessária para o funcionamento, características notórias da edificação. A distribuição das cartas era feita na Casa, as correspondências entregues aos destinatários em horários incertos (CABRAL, 1969, p. 111). Essas entregas eram marcos na rotina da cidade, como podemos observar nos escritos abaixo.

Na sala da frente havia uma grade de madeira que separava o espaço destinado ao serviço do que era reservado ao povo. Do lado de dentro desta grade havia uma mesa comprida, onde a correspondência era examinada e distribuída. Um rojão ou foguetão estrondado no ar anunciava que as malas haviam chegado e que a entrega da correspondência ia ser anunciada. Nesse momento, as portas da frente, que davam acesso a esta sala, se abriam para dar entrada às pessoas aglomeradas na rua. Cada um dos empregados anunciava um nome ao mesmo tempo que uma das pessoas presentes respondia: está aqui! E recebia a correspondência. A criança sentia grande prazer em ir ao correio procurar cartas e jornais. Era o que se dava conosco. Parecia que o estampido do rojão despertava certo entusiasmo (CABRAL, 1969, p. 112).

Com relação ao seu entorno também houveram mudanças. Até o começo do século XX, atrás da Casa dos Contos havia uma cachoeira que foi muito utilizada por meninos e estudantes que iam tomar banho. Isso se perdeu quando a cidade passou a ter água encanada em todas as residências e a cachoeira não existe mais. Isso foi relatado por Henrique Cabral, que viveu até a década de 1940, no livro “Ouro Preto”: “Várias vêzes [sic] tomamos parte nos banhos da Cachoeira dos Contos, como era conhecida” (CABRAL, 1969, p. 290).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

### FIGURA 8

#### Museu Casa dos Contos

Décadas depois, em 1938, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto foi tombado e a Casa fazia parte dele. A sua notória imponência arquitetônica a levou ao tombamento como monumento isolado no Livro de Belas Artes, inscrição



nº 348 de 9-1-1950 e no Livro Histórico, inscrição nº 263 de 9-1-1950, Nº Processo 0415-T. A Casa integra a listagem dos bens tombados individualmente como exemplar de destaque da arquitetura residencial. Entre esses bens listados a maioria é composta de símbolos da Igreja e do Estado, chafarizes e pontes.

Na descrição no processo de tombamento da Casa destacamos a importância dos seus riscos que são atribuídos ao Mestre Antônio de Souza Calheiros. Assinala, ainda, que “Vem de 1793-1797 o nome que conserva de Casa dos Contos, ou seja, de sede da administração e contabilidade fazendária da Capitania de Minas, a mais importante da Coroa portuguesa” (IPHAN, 1950, s/p).

É interessante notar que a história de Macedo foi parte importante da história da própria cidade no século XVIII devido ao seu cargo, que, por si só, caracterizava a confiança da Coroa, suas relações e influências com os poderes da época, ainda que tenha decaído posteriormente. Apesar da construção da Casa dos Contos ter sido idealizada por ele e com o objetivo de ser a sua residência, a criação do Museu Casa dos Contos, na década de 1970, evidenciou a temática da sede administrativa e fazendária, período em que foi verdadeiramente Casa dos Contos (1793-1797). O que nos leva a refletir sobre as razões pelas quais a Casa dos Contos não é casa-museu<sup>5</sup>.

A arquitetura da casa é um testemunho da formação da memória histórica dos povos, assim sendo a casa e a cidade são símbolos concretos de uma sociedade pois refletem seus valores, transformando-se em produtos culturais. Trazem intrínsecos os valores de quem a desenhou e a construiu, como também dos que ali viveram e se apropriaram de seus espaços (SCARPELINE, 2012, p. 5).

Embora o cargo de Macedo representasse a fiscalização, acreditamos que a instalação da Fazenda em sua residência tenha consolidado o marco de hierarquia e violência contra a sociedade mineira, nesse movimento não só de centralização, mas também de institucionalização do poder da metrópole. Observando as edificações existentes no período, parece-nos que a escolha da casa de Macedo foi muito além da cobrança de suas dívidas, mas da intenção de se mostrar uma instituição poderosa, imponente, intimidadora, características da própria edificação.

Além disso, cabe ressaltar que a Casa dos Contos e a Casa de Fundação já estavam em funcionamento na Vila desde o começo do século XVIII. A primeira casa de fundição funcionou em uma edificação situada onde depois foi construído o

Palácio dos Governadores na atual Praça Tiradentes. A Casa dos Contos funcionou no mesmo Palácio também após a sua inauguração, junto com a casa de fundição. Haja vista, por exemplo, a relação de dias trabalhados nas obras da Casa de Fundição e Moeda em setembro, outubro e novembro de 1724 (MATHIAS, 1966, p. 91), muitas décadas antes da construção da Casa dos Contos por Macedo.

Por ser um imóvel da Fazenda desde que foi tomado de Macedo, a administração do Museu Casa dos Contos de Ouro Preto e a gestão da documentação sobre a administração pública no Brasil no período colonial passou a fazer parte dessa pasta ministerial.

Em 1970, a Prefeitura de Ouro Preto ocupou a edificação. Em 1973 a Casa passou a sediar o Ministério da Fazenda. Nessa mesma época foi criado o Museu Casa dos Contos e o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro.

Essas premissas nos levam a pensar a paisagem de Ouro Preto com enfoque na Casa dos Contos e seu entorno para além do patrimônio, das representações reconhecidas e sua simbologia. Pensar nessa paisagem de maneira sensível é possibilitar que seja apreciada, lembrada e contemplada, não apenas em relação aos elementos materiais urbanos, mas as pessoas e suas atividades nos espaços.

É muitas vezes imaginado que, durante dois ou três séculos, os viajantes ou turistas têm se dirigido para o mesmo lugar porque ele é bonito, que vão se banhar nas mesmas praias porque parece ser óbvio, esquecendo que, se eles frequentavam os mesmos lugares, não são pelas mesmas razões e eles não veem as mesmas paisagens (CORBIN, 2020, p. 4).

Pensar a paisagem da Casa dos Contos é o que nos possibilita examinar as relações que se desenvolveram a partir de seus usos em diferentes contextos da história da cidade. Essas relações são compreendidas aqui como paisagem.

### **A casa, o monumento, a cidade monumento**

Em 1950, foram tombados vários monumentos na cidade de Ouro Preto, dentre eles a Casa dos Contos e também o Chafariz e a Ponte dos Contos. É importante lembrar, que o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico já era tombado desde 1938, após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse Conjunto está envolvida a Casa dos Contos e os demais monumentos do Largo. Ainda assim, o tombamento como monumento isolado foi

necessário como medida de conservação, tal como escreveu o então chefe do Distrito do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte (DPHAN), Sylvio de Vasconcellos, ao então diretor geral, Rodrigo Melo Franco de Andrade. “Envio-lhe abaixo lista dos monumentos do Estado que, a nosso ver, deveriam ser inscritos no livro do tomo, não só porque de fato merecem providência como porque assim ficaremos a salvo de dificuldades futuras frente aos possíveis danos que venham a sofrer” (IPHAN, 1949, p. 2).

O pedido de inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes ocorreu em 1949 e se justificou como “obra de arquitetura civil”, os mesmos valores atribuídos a pinturas e esculturas, geralmente associados à nobreza, na História da Arte. Em 1950, foi feito o pedido de inclusão da Casa também no Livro Histórico, “dado o valor histórico do imóvel, tão considerável quanto o seu valor artístico” (IPHAN, 1950, s/p). Nesse Livro, estão os bens considerados relevantes para a memória do país. A Casa é descrita na documentação como “Casa à Rua São José (Correios e Telégrafos, ou Casa dos Contos)” (IPHAN, 1949, p. 2), porque naquele período funcionava como sede dos Correios.

No entanto, no começo do século XX, o estado de conservação da Casa dos Contos era considerado crítico, tendo sofrido reparos emergenciais, como foi mencionado no *Jornal Minas Gerais*: “A antiga casa dos Contos, em cujo pavimento terreo [sic] esteve preso e foi assassinado Claudio Manoel, e onde funciona actualmente [sic] a administração postal, apresenta imponente aspecto, tendo sofrido reparos mandados fazer pelo dr. Francisco Brant, administrador dos correios” (BN, 1899, p. 3)

Os apelos à preservação dos monumentos da cidade eram frequentes nas primeiras décadas do século XX. Além dos modernistas, que estiveram na cidade na década de 1920 e relataram as suas preocupações com a preservação da memória nacional representada no espaço urbano, o Episcopado Mineiro publicou uma Carta Pastoral direcionada ao Clero e aos fiéis, em 1926. O documento foi assinado por bispos e arcebispos de várias cidades mineiras, dentre elas Mariana, Diamantina e Belo Horizonte. Tratava das vendas de obras e mobílias para fora do Brasil, num discurso contrário a essa prática; da restauração e “remodelação” do patrimônio artístico da igreja, alegando que perder os bens é “perder um meio de fazer surgir ante os séculos futuros o passado sob seu aspecto peculiar” (APM, 1926, p. 391).

A situação dos monumentos da cidade foi descrita por Barroso (1935. *Apud.* MHN, 1944, p. 38): “Ambiente de ruína e decadência apresentam os chafarizes e pontes. Seria lenta e comovedora dissertação mostrar, com impressionantes detalhes, a situação d’esses [sic] ornatos que tanto embelezam o quadro clássico da cidade” (BARROSO, 1935. *Apud.* MHN, 1944, p. 38).

Há que se destacar, também, a Campanha “Salvemos Ouro Preto” de 1949, que numa iniciativa nacional pioneira, articulou sociedade e governo em torno da problemática da preservação da cidade. “É possível dizer que a identificação de problemas e a formulação de conceitos e métodos relativos à preservação urbana – elementos formadores do campo da preservação no Brasil a partir da década de 1930 – tiveram Ouro Preto como laboratório. Foi o lugar das experimentações do IPHAN, constantemente em evidência” (MOTTA, 2008, p. 12). Nas palavras de Manuel Bandeira, “Minha gente, / salvemos Ouro Preto. / Meus amigos, meus inimigos, / Salvemos Ouro Preto” (BANDEIRA, 1949, s/p).

Esse pioneirismo no Brasil se concretizou com o Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933 que erigiu a cidade à Monumento Nacional, consolidando a transformação da cidade em monumento, numa relação com valores artísticos e tradicionais de representação do passado brasileiro.

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história;

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui [sic] velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação (SPHAN, Decreto 22.928/1933, s/p).

Para entender todo o processo que desencadeou ações como essa, retornaremos ao final do século XIX, quando houve a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. A justificativa de mudança estava ancorada na ideia de cidade de topografia difícil, decadente, desqualificada para o que se pretendia como capital. A necessidade de progresso e desenvolvimento no espaço urbano estava relacionado à imagem que se pretendia passar das cidades, com aponta Natal (2007). Além disso, o declínio da atividade econômica principal, a exploração do ouro, contribuiu para esse cenário desfavorável. “A mineração havia fundado Minas, seu esgotamento promoveria a regressão econômica” (FONSECA, 2016, p. 19).

Segundo Fonseca (2016), uma das tensões desse período é a polarização na cidade entre os mudancistas e os não mudancistas da capital de Minas Gerais. Nesse debate houve uma mobilização da sociedade para implementar estruturas, modernizar a cidade na tentativa de se garantir a permanência da capital em Ouro Preto. Entre as inovações há a criação do cargo municipal de alinhador de via pública (LOPES, 2014). A anamorfose da linha da rua denota a transformação da sua percepção e representação. A rua passa a ser compreendida como pista de rolamento que deve ser gerida para se garantir a velocidade da circulação. Isso transforma a percepção, a paisagem e o ritmo dos movimentos e dinâmicas cotidianas.

O medo do abandono da cidade por governantes, comerciantes e população já era notável quase dois anos antes da definição da mudança da capital. Jornais e editoriais discutiam a possibilidade de mudança, o medo da falência, ancorados no patriotismo, no passado colonial e imperial, na tradição do uso dos espaços da cidade. A inauguração da estátua em homenagem a Tiradentes, na praça principal da cidade, foi uma das articulações para a manutenção da cidade como capital. Além disso, preocuparam-se com o calçamento, com a distribuição dos chafarizes, com as ruas, esgotos, edificações, limpeza da cidade, iluminação pública, dentre outras estratégias para tornar a cidade mais atraente e digna de manter o título (FONSECA, 2016, p. 37). A Empresa de Melhoramentos da Capital esteve à frente de várias propostas de modernização, com o intuito de equilibrar a “opulência histórica da capital ao futuro emergente” (FONSECA, 2016, p. 50). O espaço urbano se encontrava em disputa, dessa vez entre o velho e o novo, entre diferentes valores e perspectivas.

Apesar das resistências, a nova capital foi anunciada. A dinâmica da cidade se alterou com a mudança de muitas pessoas para Belo Horizonte e com a transferência de atividades e instituições de poder. “São dramáticos os relatos que se encontra sobre o esvaziamento populacional, o abandono de casarões coloniais, a pobreza e a inércia urbanas no final do século XIX, o que lhe rendeu o escárnio de ser chamada Vila Pobre” (VILLASCHI, 2014, p. 68).

Essa transição entre a cidade decadente e a cidade monumento foi um período crítico, mas definitivo para que a cidade se mantivesse em seu conjunto. O abandono da cidade por pessoas e serviços públicos favoreceu a manutenção de suas características. A não modernização foi o que garantiu a sua preservação e de seus monumentos. Décadas depois, a cidade se tornou Monumento Nacional



gerando novos desafios em torno da cidade patrimônio. A primeira medida foi a criação da Inspetoria de Monumentos e Sítios destinada à sua preservação. Isso favoreceu algumas ações em monumentos como a Ponte e o Chafariz dos Contos, que se encontravam em situação crítica.

Em 1938, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, inscrição nº 039. O destaque desse tombamento é a prevalência de valores arquitetônicos e artísticos e, apesar de se tratar do conjunto, os valores colocados em questão estavam relacionados ao agrupamento de monumentos isolados que refletiam o passado colonial ao longo da cidade. Somente no tombamento de 1986 houve a ampliação dos valores numa tentativa de abranger as dinâmicas da cidade em sua forma mais complexa, o que na prática nunca foi tarefa fácil, como observamos no documento enviado por Jurema Kopke Eis Arnaut, então coordenadora de proteção do SPHAN em 1988 que integra o dossiê de delimitação e revisão da área tombada.

realizamos em seu gabinete uma reunião quando lhe comunicamos nosso entendimento de que a simples aplicação do tombamento, em área tão extensa, desacompanhado de normas para construção e tratamento, dessa área, pouca eficácia teria, de vez que é inimaginável, com a demanda existente, congelar Ouro Preto em seu quadro presente (IPHAN, 1988, p. 10).

A preocupação com o dinamismo de Ouro Preto, registrada na documentação, reconhecia a necessidade de normativas no plano diretor. Tendo em vista que apesar da convicção de que a cidade era obra de arte acabada, houve uma série de transformações não previstas pelo IPHAN no tombamento de 1938. Lia Motta escreveu “admitindo-se a cidade como um organismo socialmente construído que se transforma e se adapta no tempo” (IPHAN, 1988, p. 22). A inscrição de nº 512 no Livro Histórico, e nº 098 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico passou a considerar bens móveis e imóveis de interesse à preservação da memória do país, bem como a relação com o território.

Já durante a década de 50 apareceram os primeiros sinais de que o objeto tombado não permaneceria apenas como a 'obra de arte' idealizada pela SPHAN. A essência do objeto tombado (a cidade) começou a se manifestar, resultando no seu crescimento e numa série de transformações consequentes da retomada de um desenvolvimento econômico mais marcante, envolvendo a construção de estradas, de indústrias e a abertura de novas faculdades na cidade. Nas décadas seguintes, incluindo a nossa, este crescimento

teve continuidade e o conjunto edificado de Ouro Preto, no mínimo, foi quadruplicado (IPHAN, 1988, p. 21).

As dinâmicas da cidade patrimônio são refletidas no espaço, evocando também o sentido de território. Como nos lembrou Milton Santos, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). O território, nessa perspectiva, reflete o espaço habitado, as relações que se dão nele, o capitalismo. “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2002, p. 13). O território que nos interessa é o que dá voz a todos os grupos, todas as formas de saber, de (re) existência. Mas também, o território que reflete as disputas e conflitos, como o caso da mineração que acompanha toda a história da cidade.

Mais recentemente, a exploração do minério vem constituindo ameaça maior, desfigurando a paisagem, com desmoraamentos. Essa prática torna-se avassaladora nos últimos meses, como pode ser notado por qualquer viajante mesmo desatento: quem vai de Belo Horizonte a Ouro Preto encontra, nesse percurso de pouco mais de uma hora, dezenas de gigantescos veículos carregados de minério. As empresas de exploração desse recurso se multiplicam, às vezes com o aval dos governos, como vê espantado o simples viajante. Em Ouro Preto e Mariana, em Cachoeira e nos distritos pode ser observado o movimento dos hotéis e pensões, que hospedam sobretudo os trabalhadores no setor, a ponto de ocupar quase totalmente a rede hoteleira de Mariana, por exemplo, quando o visitante não encontra uma vaga sequer, como já foi verificado mais de uma vez por quem assina este parecer (IPHAN, 1989, p. 61-62)

291

Considerando que o território é também lugar de diversidade há que se repensar os valores envolvidos com que normalmente são associados. Fleuri (2014, p. 92) esclarece que a “dominação política e econômica de um povo sobre o outro em qualquer parte do mundo” é denominado de “colonialismo”. Enquanto “a ‘colonialidade’ indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente” (FLEURI, 2014, p. 92).

Os confrontos interculturais, que se ampliam e se acirram com a intensificação da migração e da mobilidade internacional no contexto da globalização do mundo contemporâneo, desafiam cada grupo a refletir e a assumir os próprios limites e limiares na relação intercultural com os outros. Isto implica decolonializar os

paradigmas de conhecido constituídos pela modernidade (FLEURI, 2014, p. 104)

Olhamos para o “colonialismo”, marcado por tradições escravistas, de exploração, de hierarquia, domínio, poder e patriarcalismo, para propor uma análise crítica da colonialidade, na tentativa de fugir das armadilhas do conhecimento eurocêntrico. A ideia de identidade, de tradição, de monumento é costumeiramente utilizada como a limitação de um perfil e de um território (CANCLINI, 1999, p. 16), o que não pode mais ser aceitável.

No entanto, alguns autores vinculam o patrimônio com outras redes conceituais: turismo, desenvolvimento urbano, mercantilização, comunicação massiva. Estes termos são mencionados quase sempre como adversários do patrimônio: desafios externos ou agressões que vêm de diferentes universos. Aqui, começaremos com a hipótese oposta. Parece-nos que essas referências recorrentes são o sintoma de uma relação fundamental entre o patrimônio e o que habitualmente se considera alheio ao seu problema. Muitas das dificuldades que dificultam a teorização cultural e a política nesta área decorrem de uma localização inadequada do patrimônio no quadro das relações sociais que efetivamente o condicionam (CANCLINI, 1999, p. 16, tradução nossa).

Os valores mudam com o tempo, o que não era valorizado, passa a ser, como Ouro Preto e as cidades coloniais brasileiras. Essa valorização vai de encontro à invenção de patrimônios no Brasil e no mundo. O século XX foi um grande inventor de patrimônios, forçando diversos atos de proteção no mundo todo. A “inflação patrimonial” (CHOAY, 2017, p. 15) tem consequências. As pessoas começam a se incomodar com a restrição de uso em seus bens, os casarios deixam de atender a novos usos. A atividade turística entra em cena, utilizando-se do patrimônio e muitas vezes gerando efeitos negativos. Além disso, o custo de manutenção é um grande empecilho pra conservação por parte dos proprietários. Na França, entre o século XVII e XVIII, diversas igrejas góticas foram destruídas para dar lugar a edifícios barrocos e clássicos (CHOAY, 2017, p. 15). No século XVIII, em Portugal, a cidade de Lisboa foi reconstruída em padrões completamente diferentes; no Rio de Janeiro, casarios e monumentos foram destruídos, como o Palácio Monroe, para abertura de vias e passagem do metrô, na década de 1970. Na Vila Rica, no século XX, as fachadas ecléticas dos casarios no perímetro tombado pelo IPHAN, especialmente na Praça Tiradentes e na Rua Direita, foram alteradas para o estilo colonial.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra ‘a lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco (CHOAY, 2017, p. 13)

Esses projetos de modernização, controversos e cíclicos na existência das cidades, seguem os valores de cada época e tem em comum a “destruição construtiva” (CHOAY, 2017, p. 16) relacionada à modernização das cidades. No entanto, a mesma modernização utilizada para justificar a busca pelo progresso não dá conta de justificar as intervenções pela acessibilidade, por exemplo, que envolve o uso das cidades por todo e qualquer cidadão com segurança e autonomia. Isso envolve, por exemplo, a situação dos idosos, que em muitos casos não estão presentes nos planos diretores das cidades e cujos interesses deveriam estar alinhados com as políticas de preservação.

Essas dinâmicas e expressões de uma cidade monumento na materialidade de suas edificações e de seus bens culturais pressupõem inúmeras vivências urbanas, no entanto, a questão estética não está desvinculada da experiência urbana. Cidades como Ouro Preto materializam uma vivência comunitária, para além de simples recordações do passado, elas são parte da vida no presente. Para Alois Reigl (2014 [1858]), em “O culto moderno dos monumentos”, com pretensão à universalidade, a relação com os monumentos tem pontos em comum com a religiosidade. O valor de memória de um monumento é denominado por ele, como “valor de antiguidade”, uma sensação perceptível de sensibilização do homem moderno diante dos monumentos.

O monumento apresenta-se como não mais do que um substrato – evidente e inevitável – para evocar no observador contemporâneo a representação do ciclo da gênese e do desaparecimento, o surgimento do indivíduo para além da generalidade e a sua dissolução gradual no universo, premido pela natureza. Desde que essa evocação não pressuponha experiências científicas, nem exija, para a sua satisfação, quaisquer conhecimentos adquiridos por intermédio da formação histórica, mas seja provocada unicamente por uma percepção física, que se exterioriza por uma sensação (REIGL, 2014, p. 38).

Compreender essas relações com os espaços favorece o melhor entendimento da sociedade, que vai muito além dos elementos quantitativos, objetivos. O cerne da questão está nas relações subjetivas dos lugares. Para Yi-Fu-Tuan (1983), o estudo da percepção é instrumento de gestão que balanceia com mais eficiência os

recursos naturais, os lugares e as paisagens a partir do estudo dos fenômenos humanos. Essa perspectiva fenomenológica coloca em evidência abordagens mais humanistas tendo como foco o espaço vivido, a construção da ideia de lugar que se dá através das percepções das pessoas, as respostas aos estímulos.

A aproximação das noções de paisagem e patrimônio nos coloca diante da necessidade de repensar as cidades e suas dinâmicas. O que se apresenta como elemento decisivo nas ideias dos autores e nessas noções é a presença do homem, do observador, o que pressupõe as relações e as trocas. “De fato, a noção de paisagem envolve pelo menos três componentes, unidos numa relação complexa: um local, um olhar e uma imagem (COLLOT, 2013, p. 17).

Compreendemos, assim, que a noção fluida de paisagem é um aporte fundamental para a complexidade de leituras da cidade. Corbin (2020, p. 1) nos fala que “a paisagem é uma forma de experimentar e apreciar o espaço” e que, no entanto, por estar constantemente em mudança, varia de acordo com os envolvidos. Collot (2013) apresenta a ideia de paisagem como resultado da interação entre o lugar, sua percepção e sua representação, considerando a paisagem como um fenômeno, “que não é nem uma pura representação, nem uma simples presença, mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista” (COLLOT, 2013, p. 18).

Se “a paisagem é uma maneira de ler e analisar o espaço” (CORBIN, 2020, p. 1), podemos considerar, então, que não há uma história única da paisagem de Ouro Preto. Suas histórias revelam diferentes formas de representação que a conferem todos os significados e sensações pela literatura, pela pintura, pela fotografia, ou seja, pelos seus observadores. Muito além de uma cidade para ser lembrada, é uma cidade para ser contemplada, sentida, vivida.

O primeiro sabop [sic] estrangeiro, que visitou a Capitania de Minas faz descrição [sic] dos leitos de Villa Rica, achando-os 'bastante elegantes, pés de bella [sic] madeira, ornados de esculpturas' [sic]; refere-se às colchas de damasco amarelo [sic], bordadas, à armação do mesmo estofa sobre o leito'; confessa que nunca viu 'camas tão magnificas como as das pessoas ricas dessa capitania, sem exceptuar [sic] as da Europa', e afirma serem 'as casas de pessoas de alta classe em Villa Rica, muito mais cômodas [sic] e mais bem mobiliadas que as do Rio de Janeiro e São Paulo, e pela mír [sic] parte muito bem decoradas (APM, 1926, p. 392).

Diante desse contexto, o que se pode dizer da Casa dos Contos, o monumento na cidade monumento? No século XIX, viajantes deixaram importantes



relatos sobre a cidade de Ouro Preto. Richard Burton comparou a paisagem da Casa dos Contos a uma pequena cidade francesa, “um pedaço de Abbeville” (BURTON, 2001, p. 429). Na época de sua passagem pela cidade, lá funcionava o Tesouro.

O prédio é maciço, com barras de esteatita, pesadas sacadas e um mirador ou mirante no telhado. Embaixo, à direita, fica a coletoria, onde são cobrados os impostos provinciais sobre exportações; à esquerda, a filial do Banco do Brasil, cujo Presidente é o Dr. Marçal, e, atrás, os correios. *En passant*, mostraram-nos o lugar da morte do Dr. Cláudio Manuel. No andar superior, fica o Tesouro-Geral ou Imperial, com todo o seu complicado pessoal, inspetor, chefes de seção, primeiros, segundos e terceiros escriturários, praticantes e outros; meia dúzia faz o serviço de um – sem incluir a ‘vadiagem’ (BURTON, 2001, p. 429).

Em seus escritos, Affonso Ávila considerou que a Casa é a “insólita e tardia metáfora de uma sociedade já despojada de seu fastígio econômico”, além de considera-la a exata biografia de Macedo (ÁVILA, 1974, s/p.). Manuel Bandeira, classificou a Casa dos Contos como “Monumento civil” e escreveu: “tamanho abundância de cantaria não se encontra senão no antigo Palácio dos Governadores, na antiga cadeia ou nos templos das ordens mais ricas” (BANDEIRA, 1975, p. 129). Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 56), a considerou uma das mais “grandiosas”, que se sobressaía na Vila Rica. Em 1806, Diogo de Vasconcelos se referiu a alguns edifícios com cantaria, incluindo a Casa dos Contos como “os melhores edifícios de todo o Brasil” (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 80).

Formada esta sobre grandes arcadas que dão passagem às águas de um córrego, e sobre bem lavrados cunhais e aquela sobre três grandes colunas junto à porta principal, a que dão entrada duas ordens de larga e bem lançada escadaria, e sobre profundos alicerces e primorosos cunhais a cada lado (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 80).

A Casa dos Contos é o espaço que não só evoca o significado de uma residência civil, mas as lembranças do mundo exterior, da cidade monumento. As relações de Macedo no seu período histórico se refletem na Casa, em seus usos, suas vivências. Para além disso, a própria Casa dos Contos guarda as relações entre o privado e o público, o interior e o exterior. Não se trata apenas da objetividade de sua construção, mas das subjetividades que transparecem valores, sensações, sensibilidades daquela paisagem. “Evocando as lembranças da casa,

acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida” (BACHELARD, 1974, p. 359). A Casa é o que nos permite integrar pensamentos.

É preciso que examinemos de mais perto como se apresentam, na geometria do sonho, as casas do passado, as casas em que vamos reencontrar, em nossos devaneios, a intimidade do passado. É preciso estudar constantemente como a suave matéria da intimidade encontra, através da casa, sua forma, a forma que possuía quando encerrava um calor primeiro (BACHELARD, 1974, p. 386).

A Casa de Macedo é também a possibilidade de conectar histórias e entender toda a sua rede de significações. Os valores mudam refletindo as mudanças da sociedade, (re) construindo mentalidades. O espaço reflete essas mudanças e nos aponta essa diversidade à espera de ser vista.

### **Considerações finais**

Entre o século XVIII e o presente, Ouro Preto se tornou uma cidade monumento. Diante de transformações em suas dinâmicas, os patrimônios preservados que guardam memórias da história da cidade revelam muito mais que suas características arquitetônicas. As vivências nos espaços e nos monumentos são compreendidas, aqui, como os seus valores, a integração entre os tempos e novas possibilidades de leitura.

Nessas relações e a partir da noção de paisagem, o conjunto arquitetônico tombado na década de 1930 pode ser apreendido como mais significativo que os tombamentos dos monumentos do Largo dos Contos de forma isolada (em 1950). Isso porque, a história de seus monumentos é indissociável da leitura da paisagem da cidade e nisso reside a sua complexidade, a sua riqueza. Se baseiam, portanto, em suas dinâmicas, em suas camadas de movimento no tempo e no espaço, nas relações que se criam, se perpetuam e convergem no mesmo espaço.

A leitura da paisagem da cidade é, assim, uma possibilidade de favorecer novos pontos de vista, novas relações que tendem a valorizar os monumentos que a integram bem como os próprios sujeitos. Ouro Preto e a Casa dos Contos têm muito mais a nos contar a partir daqueles que as vivenciam.

Com isso, as diferentes leituras da Casa dos Contos evocam as relações sociais, culturais, econômicas, políticas de cada tempo, a mantém viva e à espera

de ser mostrada. Enquanto patrimônio é palco de conflitos, de disputas, e a cidade como um todo carece de uma gestão mais direcionada para a percepção, a interação e a paisagem.

## NOTAS

1. João Rodrigues de Macedo (1739-1807) foi um comerciante português que veio para o Brasil provavelmente na década de 1760. Suas relações e influência fizeram com que ele se tornasse contratador em Vila Rica nas décadas seguintes. Ele idealizou a Casa dos Contos para ser a sua residência.
2. O bairro do Pilar, no século XVIII, foi um dos mais antigos arraiais que formaram a Vila Rica, hoje, Ouro Preto.
3. Sobre representação, acesse: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 1º nov. 2022.
4. No mês de setembro de 2020 a exposição foi retirada para nova abordagem a partir do pensamento decolonial. A exposição foi permanente por décadas e a retirada faz parte de uma reestruturação da museologia da Casa dos Contos em andamento.
5. Sobre casa-museu, ou museu-casa: AFONSO, Micheli Martins; SERRES, Juliane Conceição Primon. Casa-museu, museu-casa ou casa histórica? Uma controversa tipologia museal. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 11, 2014. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/30/casa-museu.html>. Acesso em: 1º nov. 2022.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

APM - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Plataforma Hélio Gravatá. *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico Minas Geraes em 1925*. Imprensa Oficial, 1926, p. 387-393.

BANDEIRA, Manuel. Minha gente, Salvemos Ouro Preto! *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11/09/1949. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Série Inventário. M024/Cx. 0213.

BN - BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. *Minas Geraes: Organ Oficial dos Poderes do Estado (MG) - 1892 a 1900*. Coleção Memória. Cód.: TRB00055.0170, Rótulo: 291536. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=12622&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em julho de 2020.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Acervo Digital: Seção Rio de Janeiro*. Processo nº 0070-7-38, Seção de História, v. 2. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 1938-1990. Disponível em [acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=conjunto+arquitet%C3%B4nico+e+urban%C3%ADstico+da+cidade+de+ouro+preto&filtertype\\_0=subject&filter\\_relational\\_operator\\_0=equals&filter\\_0=Tombamento](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=conjunto+arquitet%C3%B4nico+e+urban%C3%ADstico+da+cidade+de+ouro+preto&filtertype_0=subject&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=Tombamento). Acesso em: 2 abr. 2021.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Livro das Belas Artes*. Inscrição nº 348 de 9-1-1950, Nº Processo 0415-T. Dispõe sobre o tombamento da Casa dos Contos em Ouro Preto.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Livro Histórico*. Inscrição nº 263 de 9-1-1950, Nº Processo 0415-T. Dispõe sobre o tombamento da Casa dos Contos em Ouro Preto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (BRASIL). *Decreto N. 22.928, de 12 de julho de 1933*. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Acervo Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do documento 0070-T-38. Disponível em: [http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=OURO+PRETO&filtertype\\_0=format&filter\\_relational\\_operator\\_0=equals&filter\\_0=textual](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=OURO+PRETO&filtertype_0=format&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=textual). Acesso em: 5 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (BRASIL). *Mudança do chafariz do Largo de São José [1786]*. Cópia de documentos. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1953.

PMOP - PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (BRASIL). *Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Casa dos Contos*. 2012.

## **Bibliografia**

ÁVILA, Affonso. Texto distribuído pelo Ministério da Fazenda, na implantação do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, na Casa dos Contos de Ouro Preto, em 06 de fevereiro de 1974. Ouro Preto, 1974.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. In: OS PENSADORES, São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 38, p. 339-512.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1975.

BARROSO, Gustavo. Resumo dos chafarizes e fontes existentes em Ouro Preto 1935. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Inspetoria de Monumentos Nacionais, v. 5, 1944.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal, 2001.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte, 1969.

CANCLINI, Nestor García. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: CRIADO, Encarnación Aguilar. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Andalucía: Consejería de Cultura; Junta de Andalucía, 1999, p. 16-33.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2017.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Tradução de Ida Alves et al. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CORBIN, Alain. *Comment l'espace devient paysage*. Tradução de Myriam Bahia Lopes. In: LOPES, Myriam Bahia (org.). *Paisagem*, Belo Horizonte: NEHCIT, 2020.

FLEURI, Reinaldo M. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande/MS, n. 37, p. 89-106, 2014. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/771/650> Acesso em: 1º ago. 2021.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da Capital*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: M. Fontes. 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. *A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto: documentos avulsos*. Rio de Janeiro, 1966.

MOTTA, Lia. *Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial*. “Salvemos Ouro Preto”: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008, p. 12-17.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas.

REIGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, Ana Renata Silva *et al.* Uma janela para a paisagem. *Arquitetura Revista*, v.14, n. 2, p. 163-173, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2018.142.06>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: Ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16., p. 255-261, 2005. Disponível em: [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf). Acesso em: 3 jan. 2022.

SCARPELINE, Rosaelena. Lugar de morada versus lugar de memória: a construção museológica de uma casa museu. *Revista Musear*, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259641435\\_Lugar\\_de\\_morada\\_versus\\_lugar\\_de\\_memoria\\_a\\_construcao\\_museologica\\_de\\_uma\\_Casa](https://www.researchgate.net/publication/259641435_Lugar_de_morada_versus_lugar_de_memoria_a_construcao_museologica_de_uma_Casa). Acesso em: 09 nov. 2022.

SENNET, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

LOPES, Myriam Bahia. Ladeira. In: TOPALOV, Christian *et al.* (org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: R. Guerra Editora, 2014, p. 375.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectivas, 1977.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Transcrição e



pesquisa histórica de Carla Maria Junho Anastasia e Marcelo Cândido da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

VILLASCHI, João Nazario Simões. *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**Raíssa de Keller e Costa** é Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em História e Cultura no Brasil pela Estácio de Sá. Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

**Myriam Bahia Lopes** é Professora do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo e da graduação do Design na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Sociétés Occidentales: Temps, Espaces, Civilisation pela Université Paris Diderot (Paris VII), na França. Mestra em Histoire et Civilisations Sociétés Occidentale pela Université Paris VII, na França. Mestra e Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especialização em Conservação, Gestão e Valorização Bens Culturais pelo Instituto Italo Latino Americano (ILLA), na Itália. Coordenadora do Núcleo de História da Ciência e da Técnica (NEHCIT).

**Como citar:**

COSTA, Raíssa de Keller e; LOPES, Myriam Bahia. Casa dos Contos: paisagem e memória em Ouro Preto. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 272-300, jul./dez. 2022. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).